

SOBRE A SEMÂNTICA E A
PRAGMÁTICA DO PERFECTIVO
*On the Semantics and Pragmatics of the
Perfective (in Brazilian Portuguese)*

Roberta Pires de Oliveira*
Renato Miguel Basso*

INTRODUÇÃO

Neste artigo, questionamos a assunção corrente na literatura de que um evento télico veiculado sob o aspecto perfectivo acarreta o alcance de seu *telos*. Mostramos que esse não é o caso para os *accomplishments* e os incrementais; os *achievements*, por serem não durativos, acarretam o alcance do *telos*. Quando um evento télico perfectivo não alcança seu *telos*, estamos diante do que Singh (1998) chamou de “paradoxo do perfectivo”. Este artigo pretende ser uma resposta ao paradoxo.

Na seção 1, apresentamos a semântica do perfectivo oferecida por Klein (1994) e mostramos que ela é compatível com uma interpretação fraca em que perfectivo não implica em alcance do *telos*. Na segunda seção, investigamos as classes acionais que podem gerar o paradoxo do perfectivo e o comparamos ao paradoxo do imperfectivo. Em seguida, examinamos a proposta de Singh (1998) para o paradoxo, mostrando que ela não leva aos resultados desejados. Finalmente, resolvemos o paradoxo através de uma interpretação fraca da semântica para o perfectivo em Klein (1994), combinada com uma implicatura que gera a interpretação de alcance de *telos*.

* Universidade Federal de Santa Catarina.

1. SOBRE A NOÇÃO DE PERFECTIVO

Com relação ao perfectivo, a ideia básica é de que ele denota um evento como um todo, incluindo seu início e fim (COMRIE, 1976; SMITH, 1992; KAMP; REYLE, 1993; entre muitos outros), por isso diz-se que uma sentença perfectiva afirma que o evento chegou ao seu final. Mas essa formulação é imprecisa: (i) o evento chegou ao seu final porque ele terminou, no sentido de que seu ponto máximo foi atingido, ou (ii) ele chegou ao seu final simplesmente porque o evento cessou (sem, contudo, ter (necessariamente) atingido seu “objetivo”)¹. Essa distinção entre “concluído”, isto é, alcance do ponto final (*telos*), e “acabado”, a cessação do evento no tempo sem alcance (necessário) do ponto final, na grande maioria das vezes, não é levada em conta na literatura.

No entanto, não é difícil notar que é possível uma leitura fraca do perfectivo, tal que oferecido por Kratzer (1998) com base em Klein (1994):

$$\begin{aligned} [[\text{imperfectivo}]] &= \lambda P. \lambda t. \exists e [t \subseteq \tau(e) \ \& \ P(e)] \\ [[\text{perfectivo}]] &= \lambda P. \lambda t. \exists e [\tau(e) \subseteq t \ \& \ P(e)] \end{aligned}$$

Para o caso do imperfectivo, a fórmula acima afirma que ele denota que o intervalo em que o evento se dá, representado na fórmula por $\tau(e)$, contém o tempo de referência², $t: t \subseteq \tau(e)$. Assim, de acordo com a fórmula acima, a sentença em (1) afirma que o tempo do evento ‘ler o livro’ transborda o tempo de referência; ambos situam-se anteriormente ao momento de fala. Nesse caso, não se pode falar em completude do evento porque o evento se estende para além do tempo de referência:

(1) João_i lia o seu_i livro.³

Nas sentenças perfectivas, o intervalo em que o evento ocorre está contido no tempo de referência: $\tau(e) \subseteq t$. O problema coloca-se mais uma vez: (i) o intervalo do evento inclui apenas o tempo em que o evento ocorreu ou (ii) o tempo do evento até ser concluído; apenas nesse último caso, o perfectivo acarreta que o evento atingiu seu *telos*. Não há, na formulação de

¹ Para evitar confusões, utilizaremos “acabado” para indicar que o tempo do evento está contido no tempo de referência e “concluído” para indicar que o evento alcançou o seu *telos*.

² O que é o tempo de referência é outro tema controverso nas teorias tempo-aspectuais, mas não iremos nos deter nessa discussão.

³ Estamos considerando apenas a interpretação de que houve um evento de leitura, desprezando a leitura de repetição e de hábito; embora essa seja a mais corrente no português brasileiro atual para o morfema de imperfectivo. Aparentemente, a sentença mais usual hoje em dia, para veicular o aspecto imperfectivo de um evento em andamento é com a perífrase ‘estar + Vndo’.

Klein (1994), nada que indique que a leitura deve ser a de evento concluído. Não obstante, é comum lermos que a sentença (2) acarreta a sentença (3)⁴:

- (2) João_i leu o seu_i livro.
 (3) João_i leu o seu_i livro todo/inteiro.

Mas será esse, de fato, o caso?

Acarretamento é uma noção lógica: se A acarreta B, então em todos os mundos possíveis em que A é o caso, B é necessariamente o caso. Assim, não seria possível uma situação em que é verdade que 'João leu o livro' e falso 'João ele leu o livro completamente'. Mas, imagine a seguinte situação. Sabe-se que João está lendo o livro intitulado *Aleatoriedade*. Alguém pergunta: O João leu o livro dele ontem à noite? E tem como resposta: leu (O João leu o livro dele ontem à noite). Essa resposta não parece veicular que necessariamente João leu o livro inteiro. É possível que ele tenha lido o livro, sem tê-lo lido por inteiro. Logo, a relação entre (2) e (3) não pode ser a de acarretamento, embora haja uma forte tendência de admitirmos que se (2) é verdadeira, (3) também é. Conhecemos outros casos em que há uma forte tendência em assumir que duas sentenças estão numa relação de acarretamento, sem que elas efetivamente estejam: as implicaturas escalares, por exemplo.

Os exemplos abaixo colocam outras situações de uso do perfectivo em que o falante não se compromete com o evento ter alcançado seu objetivo:

- (4) A: Você estudou a matéria da prova?
 B: Estudei, mas não tudo.
 (5) João comeu o bolo.
 (6) João comeu o bolo inteiro.

Em (4), B afirma que o estudo acabou, mas não foi concluído, dado que ele não estudou toda a matéria – e não estamos diante de uma contradição. É mais fácil admitir, por razões pragmáticas, que a sentença (5) não acarreta a sentença (6): de João ter comido o bolo não se segue que ele comeu o bolo todo; nem mesmo que ele tenha comido o/um pedaço inteiro do bolo.

Outro argumento contra a afirmação de que a combinação de um certo tipo de verbo com seu argumento definido *acarreta* uma interpretação de evento terminado é o fato de que a sentença abaixo, nas suas diversas variações, não é redundante:

- (7) Eu li o livro todo (inteiro, completamente, até o fim, de cabo a rabo, da primeira à última página).

⁴ São vários os exemplos. Na aquisição da linguagem, temos a afirmação de Hodgson (2003, p. 106): "the use of perfective aspect in a telic verb phrase entails the completion of the event".

Se a relação entre o perfectivo e o alcance do *telos* fosse de acarretamento, qual seria a contribuição de ‘inteiro’ ou ‘até o fim’? Se a informação de que o *telos* foi alcançado é dada pela configuração evento télico veiculado perfectivamente (ou evento télico perfectivo), o acréscimo desses itens deveria soar como uma redundância ou um excesso de informação, e não é esse o caso. Tanto que a sentença (8) é uma contradição e (9) não é, embora devesse ser, caso estivéssemos lidando com uma relação de acarretamento:

- (8) # João leu o livro inteiro, mas não terminou.
 (9) (Ontem) João leu o livro, mas não terminou.

Poder-se-ia supor que esse tipo de ocorrência seja restrito a verbos que, embora não homogêneos (atélicos), se constituam de (sub)eventos da mesma “espécie”, afinal ler um livro por inteiro se constitui de inúmeros eventos de ler o livro parcialmente⁵. Mas não é esse o caso; se fosse, a sentença abaixo deveria ser uma contradição, já que o evento ‘construir a casa’ é composto por subeventos diferentes, logo não é homogêneo:

- (10) João construiu a casa, mas não terminou / mas não inteira /
 mas não completamente.

Essa sentença expressa que o evento de construção da casa ocorreu até um certo ponto que não coincide com o objetivo final (*telos*), ter a casa pronta.

Além disso, há línguas em que o perfeito não acarreta o alcance do *telos*, entre elas o hindu, o chinês e o japonês. Há, nessas línguas, construções especializadas em veicular que o evento se concluiu. No hindu, a opção pelo verbo composto indica que o evento foi concluído, já o verbo simples não veicula completude, por isso (11) não é contraditória (assim como em português) (SINGH, 1998):

- (11) maïne aaj apnaa kek khaayaa aur baakii kal khaũũgaa
 eu-ERG hoje meu bolo comer-PERF e resto amanhã
 comer-FUT
 Comi meu bolo hoje e comerei o resto amanhã

É difícil explicar sentenças como (11) se aceitamos a leitura corrente do perfectivo, porque elas deveriam soar contraditórias e não soam. Singh (1998) mostra que no hindu a forma perfectiva pode ser usada com verbos que usualmente denotam *accomplishments* para descrever uma situação em que o evento acabou – ele não ocorre mais, não é mais o caso, está tempo-

⁵ Esse argumento aparece em Rothstein (2004) para explicar que certos predicados télicos, como ‘ler o livro’, podem se combinar com adjuntos do tipo ‘por X tempo’ que selecionam eventos atélicos.

ralmente encerrado –, sem que ele tenha atingido o seu ponto final natural; ele não está concluído, portanto. Como veremos, sua solução é entender que (11) é ambígua. Nossa solução irá adotar uma leitura fraca do perfectivo.

2. A ACIONALIDADE E OS PARADOXOS

O paradoxo do perfectivo surge com eventos télicos e durativos, cujos representantes mais ilustres são os *accomplishments*: ‘ler o livro’, ‘estudar a matéria da prova’, ‘comer o bolo’, etc. Mas há uma outra classe acional que se caracteriza pelos traços de duratividade e telicidade: a classe dos incrementais ou *degree achievements* (DOWTY, 1979; BERTINETTO; SQUARTINI, 1995; BASSO, 2007). Considere a sentença abaixo, exemplo prototípico de incremental:

(12) João encheu o balde.

Há nela um ponto natural a partir do qual é possível dizer que o balde está cheio, mas não é possível determinar com precisão esse ponto porque ele é vago. Aparentemente, o que caracteriza os incrementais é que eles veiculam uma escala e cada ponto da escala corresponde um grau que pode ser considerado um *telos*. Eles também disparam o paradoxo do perfectivo: da verdade de (12), não podemos concluir que o balde está cheio. João pode ter enchido o balde, sem o balde estar inteiramente cheio. Com (12) podemos apenas estar indicando que João encheu *mais* o balde, ou seja, o resultado final do evento não precisa ser o balde (completamente) cheio, mas apenas *mais* cheio. É possível também combinar a sentença com um modificador que indica a completude do evento: ‘João encheu o balde todo’.

O que há em comum entre os incrementais e os *accomplishments*, que os distinguem dos demais, parece ser a existência de uma fase preparatória que tem duração no tempo: ‘encher o balde’ requer ficar com o balde embaixo da torneira aberta, por exemplo, por um certo tempo; ‘construir a casa’ exige que a construção ocorra por um período de tempo. Pode bem ser o caso que a fase preparatória se desenrolou, João encheu o balde (= deixou embaixo da água por um tempo) ou João construiu a casa (= a construção ocorreu por um tempo), mas disso não se segue necessariamente que o evento se concluiu. Ele cessou na fase preparatória. Com os demais tipos de verbo o paradoxo não surge porque não há fase preparatória⁶.

⁶ Para comparação, a literatura costuma afirmar que os *achievements* exigem uma fase preparatória. Nesse caso, a fase preparatória não é afirmada pelo evento, porque ela não é parte constitutiva do próprio evento, embora possa ser a sua causa. Abrir a porta exige algo que seja a causa da abertura, mas essa fase preparatória não constitui o próprio evento de abrir a porta.

A maneira não corrente de interpretar a formulação do perfectivo em Klein (1994), apresentada acima, é vê-la como indeterminada quando temos eventos “complexos”, que envolvem fases preparatórias. Nesse caso, a única certeza que temos, ao usar o perfectivo, é que o evento cessou, mas ele pode tanto ter cessado quando ainda estava na fase preparatória – sem, portanto, ter sido concluído –, quanto ter cessado porque seu objetivo último, ler o livro até o final, foi alcançado.

Interpretar o perfectivo dessa maneira poderia levar a pensar que a diferença entre ele e imperfectivo está apagada. Mas não é esse o caso. O perfectivo indica que o evento acabou porque ele está contido nos limites do tempo de referência; ao passo que o imperfectivo indica a continuação do evento para além dos limites do tempo de referência. Assim, o imperfectivo acarreta que o evento não está concluído. No fundo, como veremos, ele é mais informativo.

O paradoxo do perfectivo não se confunde, portanto, com o paradoxo do imperfectivo. Vejamos um caso para comparação:

(13) João comeu a maçã.

(14) João estava comendo três maçãs.

Para que a sentença (13) seja verdadeira é preciso que o evento de João comer a maçã tenha cessado. Essa situação é, segundo a nossa hipótese, compatível com ele não ter comido a maçã inteira, mas apenas um tanto. Ela só é falsa se João não comeu nada da maçã. Veja que na leitura corrente, (13) é falsa se João deu várias mordidas na maçã, sem tê-la comido inteiramente. (14), por sua vez, só é verdadeira se o evento está em curso no tempo de referência, se João está no processo de comer a maçã. Nesse caso, o evento não cessou e, portanto, não pode estar concluído. ‘João estava construindo sua casa’ indica que a construção continuou para além do tempo de referência; enquanto que ‘João construiu a sua casa’ indica que a construção cessou, podendo ou não ter sido concluída.

Outra maneira de mostrar essa diferença é avaliar as inferências disparadas pelas sentenças abaixo:

(15) Quando sai, João leu o seu livro.

(16) Quando sai, João estava lendo o seu livro.

As inferências que essas sentenças possibilitam são bem diferentes e a única maneira de apreendê-las é através da semântica do (im)perfectivo. Em (15), o evento de ler o livro precede o evento de sair, enquanto que em (16), a

saída ocorre durante o desenrolar do evento de ler o livro que é, portanto, apresentado como não concluído tendo aquela referência.

Finalmente, o paradoxo do imperfeito ocorre com *achivements*, mas o paradoxo do perfectivo não. A sentença em (17) não acarreta que o *telos* foi alcançado, ao passo que é precisamente isso o que se afirma com (18):

(17) João estava alcançando o pico do Aconcágua \neq => João alcançou o pico do Aconcágua.

(18) João alcançou o pico do Aconcágua.

Achievements no perfectivo sempre afirmam que o ponto final natural foi alcançado.

3. EVENTOS GRADUAIS, OBJETOS PARCIAIS

Desde os trabalhos pioneiros de Vendler (1967), reconhece-se que o tipo de evento depende de maneira regular e previsível de características do verbo que o veicula e de seus argumentos. Alguns autores, em particular Krifka (1998) e Singh (1998), propõem uma solução para o paradoxo que consiste em distinguir tipos de predicados, mais ou menos graduais, e tipos de objetos, mais ou menos afetados. Em ‘comer o bolo’, o predicado é gradual porque comemos aos poucos e o bolo é um objeto consumido durante o evento. Em Singh (1998), um tema afetado indica que o objeto sofre o evento. Nem todos os objetos são afetados pelos eventos: eventos como ‘ler o livro’ ou ‘colocar a blusa’ não afetam o objeto, porque ele não se altera fisicamente. Por sua vez, ‘comer a maçã’ ou ‘construir a casa’ são eventos que afetam o objeto, porque a maçã deixa de existir enquanto tal e a casa passa a ter existência. Ler o livro, comer a maçã e construir uma casa são eventos graduais porque realizados gradualmente; já colocar uma blusa, não é. O objeto pode ter existência independente do evento ou sua constituição pode depender crucialmente desse evento: a casa resulta do evento de construção e não tem existência independente desse evento; a blusa é independente do evento de colocá-la.

O quadro abaixo mostra alguns predicados classificados com os traços acima. A última coluna diz respeito a uma alternância entre verbos compostos (CV) e verbos simples (SV) no hindu, sobre a qual falaremos mais adiante:

Classe	exemplo	gradual	objeto afetado	existência independente	Distinção SV-CV
Instantâneo	ganhar uma corrida	-			-
Modificação gradual	comer um bolo	+	+	+	+
Criação gradual	tricotar um cardigan	+	+	-	+/-
Não modificado	ler uma carta	+	-	+	+

Singh (1998) pretende capturar a alternância entre (i) verbos simples em hindu que engendram o paradoxo do perfectivo, e (ii) verbos compostos, que são completivos, na terminologia da autora, porque indicam que o evento está concluído. No quadro acima, vemos que a alternância entre a forma simples (SV) e a forma composta (CV) necessariamente ocorre quando os verbos indicam modificação gradual e o objeto tem existência independente, podendo ou não ser afetado⁷. Nessa perspectiva, a sentença (2) 'João leu o seu livro', em que temos uma modificação gradual e um objeto não afetado de existência independente, permite a alternância. E de fato é esse o caso, de acordo com a própria autora. Sua proposta é que verbos que alternam são ambíguos entre uma leitura de completude e a partitiva:

- (19) a. João leu uma parte do seu livro.
b. João leu o seu livro inteiro.

(19a) veicula que houve um evento de leitura do livro, que é gradual, esse evento foi parcialmente concluído; essa é a leitura partitiva. Em (19b), a leitura é completiva: o evento está concluído.

Essa abordagem, contudo, não é isenta de problemas. Veja que ler uma parte do livro é um evento diferente de ler o livro, mesmo se tratando do mesmo livro e do mesmo leitor e, portanto, os eventos que constituem a modificação gradual só podem ser relacionados mediante postulados de significados *ad hoc*. Como garantir que os eventos de ler parcialmente o livro vão constituir o evento de ler o livro até o final? Esse problema é mais agudo quando se trata de um evento como construir uma casa, pois para estabelecermos a relação entre os subeventos e o evento maior precisamos definir os subeventos; mas quais são eles?

Além disso, ler uma parte do livro ou construir uma parte de uma casa podem também gerar o paradoxo do perfectivo. Afinal ler uma parte do

⁷ Verbos de criação gradual apresentam alternância, apenas depois que é possível determinar o objeto. Se o evento diz respeito a seu estágio bem inicial – se temos apenas umas poucas linhas tricotadas –, o verbo não apresenta a alternância. A partir do momento em que “podemos nos referir a ele [o objeto] como cardigan [...] podemos ter a leitura partitiva” (SINGH, 1998, p. 193, tradução nossa).

livro é um evento gradual de um objeto cuja existência é independente. Logo, ele promove a alternância. Seria, então, necessário postular mecanismos que para evitar uma regressão infinita. Prova disso é que a sentença ‘João leu uma parte do livro inteira/inteiramente’ é também um evento que contém subeventos de leitura parcial da parte do livro e cada um desses subeventos é um subevento de leitura parcial da leitura parcial da parte do livro...

Os *achievements* são a classe instantânea e poderia parecer que a solução de Singh (1998) dá conta de explicar por que o paradoxo não ocorre com essa classe. Note que nela não há distinção entre o uso do verbo simples ou composto, porque ambas as formas indicam um evento concluído. Isso se dá, segundo a autora, porque os eventos instantâneos não têm a propriedade da gradualidade, independentemente de o objeto ser ou não afetado, ter ou não existência independente. Por exemplo, ‘quebrar o copo’ é um evento télico, sem duração, mas o objeto é afetado. Assim, o traço que importa é o da gradualidade do evento. Contudo, a autora não define gradualidade baseando-se no nosso conhecimento intuitivo, no modo como organizamos a nossa “ontologia do cotidiano”, em como consideramos certos eventos. Isso implica, entre outras coisas, que os mesmos eventos em situações diferentes podem ser diferentemente classificados. Singh (1998) discute a diferença entre ‘quebrar um copo’ e ‘quebrar uma fechadura’: “A ação de quebrar um copo não envolve ações distintas que levem à quebra do copo. No entanto, no caso de quebrar uma fechadura, ações distintas são necessárias, que o tornam gradual por natureza. Por isso, o predicado ‘quebrar uma fechadura’ é gradual e tem leitura partitiva na forma perfectiva SV” (p. 183-184, tradução nossa). Ora, quebrar um copo pode muito bem ser uma ação gradual que envolve outras ações, a depender do copo; enquanto que quebrar a fechadura pode ser instantâneo e sem qualquer ação preparatória: ao girar a chave a fechadura quebrou. O problema aqui é postularmos uma teoria linguística, que lida com problemas linguísticos, porém baseada em considerações ontológicas. Devemos usar mecanismos linguísticos para dar conta de problemas linguísticos.

4. OS INGREDIENTES PARA UMA OUTRA SOLUÇÃO: SEPARAR PERFECTIVO E TÉLICO

Fazendo eco ao título de um texto de Bertinetto (2001), “On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: The ‘Perfective → Telic Confusion’”, desenvolvemos a ideia de que perfectivo e telicidade são noções ortogonais; ser perfectivo não implica ser télico e *vice-versa*.

Talvez isso pareça um tanto quanto claro, mas é bom lembrar que, por diversas razões, teóricos como Verkuyl (1993) e Krifka (1998) não consideram tal separação, fazendo, portanto, a confusão à qual alude Bertinetto (2001), que resulta no tratamento dessas duas noções como uma só. Os exemplos já discutidos deixam claro que esse não pode ser o caso e que perfectividade e telicidade interagem, mas não de tal maneira que uma implica a outra.

Não existem eventos ao mesmo tempo perfectivos e imperfectivos, assim como não existem eventos ao mesmo tólicos e atélicos. Os elementos (linguísticos) para classificar um evento como perfectivo ou imperfectivo são os mesmos e são diferentes daqueles que usamos para classificar um evento como tólico ou atélico. A morfologia verbal, em PB, por exemplo, não é um critério para classificar segundo a (a)telicidade, mas sim segundo a (im)perfectividade. Além disso, podemos combinar qualquer classe acional com qualquer perspectiva aspectual. Assim, podemos concluir que os dois domínios são ortogonais.

A leitura corrente da definição de perfectividade dada por Klein (1994) vem do fato de que se considera que o evento, representado na fórmula pela variável “e”, se for tólico, não apenas contém seu ponto final, mas que esse ponto está incluído no tempo de referência. Nesse sentido, o evento ‘ler o livro’ no perfectivo denota eventos concluídos de leitura do livro. Mas se for assim, não temos como explicar os casos já discutidos. Como dissemos, a fórmula em si não diz que eventos tólicos denotam eventos concluídos. De fato, ela nada diz sobre a acionalidade do evento. Ela diz simplesmente que no perfectivo o evento está contido no tempo de referência: mas por que, no caso de eventos tólicos, o ponto de culminação deve estar incluído no tempo de referência? Um evento não pode cessar sem ter sido concluído?

5. INDETERMINAÇÃO, EVENTOS ONTOLOGICAMENTE COMPLEXOS E IMPLICATURA

O primeiro ingrediente que constitui a nossa hipótese é que a relação entre as sentenças (20) e (21) abaixo não é de acarretamento, mas de implicatura. Tanto é assim que podemos facilmente cancelar essa inferência, como mostra (22):

- (20) João leu o livro.
- (21) João leu o livro inteiro.
- (22) João leu o livro, mas não terminou.

Mas, se esse é o caso, é também certo que a sentença (20) normalmente veicula a inferência de que o evento está concluído, que houve o alcance do *telos*. É esse precisamente o comportamento das implicaturas conversacionais generalizadas, como é o caso das implicaturas escalares⁸. Resta-nos, então, apresentar o raciocínio pragmático que leva à inferência de que o evento está concluído.

Antes de tratar de máximas e de raciocínios pragmáticos, precisamos esclarecer qual é a contribuição semântica dos elementos com que estamos trabalhando, ou seja, qual é a semântica do perfectivo e qual é a contribuição da acionalidade, dado que o paradoxo do perfectivo ocorre apenas com *accomplishments* e incrementais. Para o perfectivo vamos adotar a proposta de Klein (1994), mas vamos lê-la de uma maneira frouxa. Ela nos diz apenas que o evento cessou temporalmente. Nada sabemos sobre se ele chegou a ser concluído ou não. Nesse sentido estamos diante de uma indeterminação semântica⁹. Em outros termos, o operador de perfectividade atua sobre a variável “e” que denota indistintamente tanto eventos concluídos quanto eventos em algum momento de seu desenvolvimento: em ambos os casos o evento cessou, não é mais o caso.

Essa solução parece-nos mais adequada do que uma proposta baseada em ambiguidade, como a de Singh (1998), porque para que se trate de uma ambiguidade é preciso identificar claramente qual é a estrutura de eventos de um *accomplishment*. O problema, como adiantamos, é que não é possível identificar precisamente qual(is) é(são) o(s) evento(s) preparatório(s) para a culminação. Teríamos ou que apelar para postulados *ad hoc* ou assumir, de qualquer maneira, que os eventos que constituem a fase preparatória são indeterminados, vagos. Assim, se temos que assumir a indeterminação em algum momento e se as duas alternativas geram os mesmos resultados, então a solução mais econômica é entender que os *accomplishments* não têm uma estrutura complexa do ponto de vista semântico. Em outros termos, *accomplishments* são eventos ontologicamente complexos, porque eles se compõem por outros eventos que preparam a culminação; mas, semanticamente, eles são um único evento.

Além disso, essa hipótese parece ainda ser mais condizente com a nossa intuição: afinal, a sentença (20) não parece ser ambígua, antes indeterminada. Assim, ela pode ser verdadeira em duas situações: a) João realizou uma atividade de ler o livro (que não é mais o caso); b) João realizou o evento de ler o livro até o final. Com a hipótese da indeterminação

⁸ Normalmente, de uma sentença como ‘Alguns alunos tiraram 10 na prova’ inferimos que não foram todos; mas essa inferência não decorre da forma lógica da sentença original.

⁹ Para uma discussão mais detalhada ver Pires de Oliveira *et al.* (2007).

podemos, ao mesmo tempo, abrir mão da ideia de ambiguidade e não nos comprometermos com o acarretamento a que aludimos ao longo do texto.

A semântica da sentença (20) indica, então, que o evento cessou, deixando indefinido se o evento foi apenas parcialmente desenvolvido ou se ele está concluído, tendo alcançado seu final natural. A forma lógica não é informativa sobre isso. O mesmo raciocínio vale para a negação: quando negamos (20):

(23) João não leu o livro

a semântica não permite distinguirmos se estamos falando de situações em que João nem ao menos começou a ler o livro ou se se trata de situações em que João começou a ler o livro, mas não terminou¹⁰. A sentença abarca as duas classes de situação.

De acordo com a hipótese que estamos propondo, o imperfectivo é mais informativo do que o perfectivo, já que ele indica claramente que o evento não cessou e, portanto, que ele não está concluído, porque ele extravasou o tempo de referência.

A denotação de 'leu o livro', tendo em vista o tempo de referência, inclui eventos cessados de ler o livro, tanto os acabados (sem o alcance do *telos*) quanto os concluídos (com o alcance do *telos*), enquanto que a denotação de 'lia o livro' inclui apenas eventos em andamento de 'ler o livro' e, portanto, incompletos.

Falta ainda explicar as razões pelas quais o intérprete normalmente entende que um evento *accomplishment* no perfectivo terminou, isto é, alcançou seu *telos*. Para tanto, vamos lançar mão de um modelo pragmático. Suponha que a conversação seja regida pelo princípio de cooperação e suas máximas, tal qual descrito por Grice (1982). Considere a segunda parte da Máxima da Quantidade. Ela estabelece que não se deve fazer uma contribuição mais informativa do que é necessário: "Não faça a sua contribuição mais informativa do que é requerido" (p. 87, tradução nossa). Em outros termos, não se deve dizer aquilo que se pode tomar como garantido. Na leitura que Levinson (2000) faz dessa máxima, ela é entendida como "o que é dito de forma simples é exemplificado estereotipicamente".¹¹ Essa heurística explica, entre outros casos, a tendência de interpretar o pronome 'ele' em (24) como correferente de 'João':

(24) João entrou e ele estava rindo.

¹⁰ O mesmo pode ser dito para o caso de 'quase', em 'João quase leu o livro': ou (a) ele nem sequer abriu o livro, ou (b) ele o leu parcialmente.

¹¹ "What is expressed simply is stereotypically exemplified" (p. 37).

Nossa proposta consiste em estender o raciocínio atribuído por Levinson (2000) à segunda parte da Máxima da Quantidade, que ele denomina de implicatura-I, para o nosso exemplo.

As implicaturas-I caracterizam-se por uma série de propriedades. Segundo Levinson (2000), do ponto de vista do ouvinte, trata-se de uma regra de enriquecimento, de potencialização de interpretação: “amplifique o conteúdo informacional do proferimento do falante encontrando a interpretação mais específica” (p. 114, tradução nossa). Ao ouvir (20), o ouvinte faz o seguinte raciocínio: o falante utilizou o perfectivo porque ele sabe que o evento cessou, mas não tem evidência conclusiva de que o evento de fato está concluído. Se ele tivesse tal evidência, ele teria utilizado formas com os advérbios que indicam isso, por exemplo, ‘até o fim’. No entanto, ele indica que acredita que esse é o caso (o falante é opinativo), porque não vê motivo para que não seja. Eis o raciocínio parcial:

1. O falante sabe que o evento cessou.
2. O falante não sabe se o evento está concluído ou não.
3. O falante acredita que o evento está concluído (porque não tem evidência em contrário).

Nosso problema é explicar como chegamos ao terceiro passo do raciocínio. Se o falante tivesse certeza de que o evento não está concluído, então ele deveria ter utilizado o imperfectivo, porque ele estaria veiculando que ele tem certeza de que, dado aquele tempo de referência, o evento estava se desenvolvendo e, portanto, não estava terminado. Se ele não fez isso, é porque ele não tem evidências de que o evento não se concluiu, portanto ele tem uma opinião sobre se o evento está concluído ou não: ele acredita que está concluído. Logo, ele está implicando que o evento deve estar concluído.

Além disso, ao considerar a ideia de interpretações estereotípicas, podemos refazer essa última parte do raciocínio do seguinte modo: o falante veicula que um evento télico está cessado, se fosse o caso que o falante soubesse que o evento não está concluído, como vimos, ele usaria o imperfectivo. Ora, um evento descrito como tendo um *telos* e descrito como não mais sendo o caso, não mais ocorrendo, estereotipicamente atingiu o seu *telos*, de outra forma não há porque indicar que o evento tanto é télico quanto não é mais o caso. No curso normal dos fatos, eventos que têm um ponto final e que não são mais o caso, não são mais o caso justamente porque atingiram o seu ponto final.

Esse raciocínio é respaldado pela heurística de buscar a interpretação mais específica. A inferência para uma interpretação mais específica ocorre quando o que é implicado é uma especialização do que é dito. No nosso exemplo, em (20) o que é dito é:

(25) O evento de João ler o livro acabou/não é mais o caso/cessou.

A denotação de 'ler o livro' inclui tanto eventos concluídos quanto eventos não concluídos. Queremos deduzir o implicado:

(26) O evento de João ler o livro está concluído/João leu o livro até o final.

A hipótese é de que sem outras evidências e dado que o falante deve fornecer apenas a informação necessária (nada mais), pode-se inferir a leitura mais específica, em (26). A definição de especialização apresentada em Levinson (2000) é a seguinte: p é mais específico do que q se (a) p é mais informativo do que q (p acarreta q); e (b) p é isomórfico a q (i.e. cada termo ou relação em p tem uma denotação que é um subconjunto das denotações das expressões correspondentes em q).

É fácil ver que o evento implicado é mais específico do que o dito. A sentença (26) acarreta a sentença (25), porque se João leu o livro até o final, ele leu o livro. O oposto não é verdadeiro: se João leu o livro não podemos deduzir que necessariamente ele o leu até o fim. Então, a primeira exigência para a especificidade está satisfeita, porque a sentença implicada é mais informativa do que a proposição expressa. Precisamos agora verificar se esses conteúdos são isomórficos. A isomorfia é a propriedade que, no modelo de Levinson (2000), diferencia o uso da primeira parte da Máxima da Quantidade, responsável pelas implicaturas escalares, da segunda parte. Como dissemos, a extensão de 'ler o livro' inclui eventos cessados concluídos e não concluídos. Já a extensão do predicado implicado, 'ler o livro até o fim', inclui apenas eventos concluídos, aqueles em que o *telos* foi alcançado. Esse é um subconjunto próprio da extensão do dito. A segunda exigência está então satisfeita. Esse tipo de implicatura caracteriza-se pelo fato de que a extensão do conteúdo implicado, diferentemente do que ocorre nas implicaturas escalares, é restrita positivamente. Ou seja, os eventos concluídos estão numa relação de complementaridade com os eventos cessados e não concluídos, enquanto que na implicatura escalar o complemento é negado (algum, mas não todos).

6. CONCLUSÃO

Este artigo se posicionou criticamente frente à assunção corrente na literatura semântica atual de que perfectividade e telicidade estão estreitamente relacionadas: eventos télicos perfectivos acarretam o alcance do seu

telos. Mostramos, empiricamente, que esse não é o caso: é possível termos um evento télico veiculado perfectivamente sem, no entanto, que seu *telos* tenha sido alcançado. Mostramos que essa situação ocorre com os *accomplishments* e os incrementais. Investigamos a solução apresentada por Singh (1998), que cunhou o termo “paradoxo do perfectivo”. Em hindu, apenas os verbos compostos télicos no perfectivo indicam que o evento culminou; os verbos simples são compatíveis com o não alcance do *telos*. Sua solução depende de uma tipologia de predicados e objetos, e da hipótese de que as sentenças com verbos simples sejam ambíguas entre uma leitura parcial e uma leitura de completude. Há vários pontos problemáticos nessa saída: a incerteza sobre como classificar eventos em graduais; o fato de que a proposta leva a uma redução ao infinito já que os predicados parciais são também ambíguos; e, finalmente, ela não capta a nossa intuição para o português que nos diz que a sentença em (2), por exemplo, não é ambígua. Nossa hipótese é de que podemos fazer uma leitura fraca para a semântica do perfectivo, tornando-a indeterminada quanto à conclusão ou não do evento. *Accomplishments* e incrementais no perfectivo denotam, igualmente, eventos concluídos e não concluídos (acabados). O fato de que em geral entendemos que um predicado desse tipo no perfectivo está concluído deve-se a uma implicatura conversacional generalizada. Na última seção mostramos que é possível derivar essa implicatura com base na segunda máxima da quantidade de Grice (1967).

RESUMO

Este texto apresenta uma proposta semântico-pragmática para dar conta da nossa intuição de que eventos télicos durativos no perfectivo não veiculam semanticamente o alcance do *telos*, explicando por que ‘João construiu a casa, mas não terminou’ não é uma sentença contraditória. Inicialmente apresentamos a proposta para a semântica do perfectivo feita por Klein (1994), que é lida numa chave segundo a qual os eventos télicos perfectivos acarretam o alcance de seu *telos*. Mostramos que isso não é empiricamente o caso. Em seguida, analisamos a proposta de solução oferecida por Singh (1998). Argumentamos que sua saída leva a problemas: não há critérios linguísticos para a determinação de eventos graduais, a proposta de ambiguidade leva a uma regressão ao infinito e não capta a nossa intuição de falantes. Por fim, apresentamos a nossa proposta que lança mão de uma teoria de implicaturas conversacionais generalizadas (implicatura-I) e uma leitura mais “frouxa” da proposta de Klein, em que o perfectivo é claramente uma noção temporal, e, portanto, indeterminado quanto ao alcance do *telos*.

Palavras-chave: *perfectividade; telicidade; semântica/pragmática.*

ABSTRACT

In this paper we propose an analysis of the “perfective paradox” based on a weak interpretation of Klein’s (1994) semantics for the perfective and in generalized conversational implicatures. The perfective paradox occurs when telic events in the perfective aspect don’t entail that their *telos* is reached, as in sentences like ‘João construiu a casa, mas não terminou’ (John built the house, but didn’t finish it). Before we present our proposal, we analyze Singh’s (1998) proposal and argue that it leads to undesired results and predictions, besides being committed to delicate ontological assumptions. In the last section we present our proposal. It relies on a weak interpretation of Klein’s semantics for the perfective, in the separation of perfective and telicity, and in a specific implicature concerning the reach of the *telos* of perfective telic events.

Keywords: *perfectivity; telicity; semantics/pragmatics.*

REFERÊNCIAS

- BASSO, R. M. *Telicidade e detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - IEL, UNICAMP, Campinas, 2007.
- BERTINETTO, P. M. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: The ‘Perfective→Telic Confusion’. In: CECCHETTO, C.; CHIERCHIA, G.; GUASTI, M. T. (Eds.). *Semantic Interfaces*. Stanford: CSLI Publications, 2001. p. 177-210.
- _____; M. SQUARTINI. An attempt at defining the class of ‘gradual completion’ verbs. In: BERTINETTO, P. M.; BIANCHI, V.; HIGGINBOTHAM, J.; SQUARTINI, M. (Eds.) *Temporal Reference, Aspect and Actionality. Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*. Torino: Rosenberg and Sellier, 1995. p. 11-26.
- COMRIE, Bernard. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- DOWTY, D. *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1979.
- GRICE, H. P. Lógica e Conversação. In: _____ (Ed.). *Fundamentos metodológicos da Linguística, vol. VI, Pragmática*. Campinas: Edição do Autor, 1982 [1967], p. 81-104.
- HIGGINBOTHAM, J. On events in linguistic semantics. In: HIGGINBOTHAM, J.; F. PLANESI; A.C. VARZI. (Eds.). *Speaking of Events*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 49-80.
- HODGSON, M. The Acquisition of Spanish Perfective Aspect: a study on children’s production and comprehension. *ZAS Papers in linguistics*, n. 29, p. 105-117, 2003.
- KAMP, Hans; REYLE, U. *From Discourse to Logic*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- KLEIN, W. *Time in language*. London: Routledge, 1994.
- KRATZER, A. More structural analogies between pronouns and tenses. In: SALT 8, 1998. *Proceedings...* Cornell, New York, 1998.
- KRIFKA, M. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (Ed.) *Events as Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1998. p. 197-236.

LEVINSON, S. *Presumptive Meanings*. The Theory of Generalized Conversational Implicature. Cambridge: MITPress, 2000.

OLIVEIRA, R. P. de; BASSO, R. M.; SOUZA, L. M. de. O João fuma mais do que o Pedro: Um exercício de análise semântica. *Revista do GEL*, v. 4, p. 105-128, 2007.

REICHENBACH, Hans. *Elements of Symbolic Logic*. Londres: MacMillan, 1947.

ROTHSTEIN, Susan. *Structuring Events: A Study in the Semantics of Lexical Aspect*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

SINGH, Mona. On the semantics of the perfective aspect. *Natural Language Semantics*, n. 6, p. 171-199, 1998.

SMITH, Carlota. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Reidel, 1992.

VENDLER, Zenon. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

VERKUYL, H. *A Theory of Aspectuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Submetido em 19/04/2010

Aceito em 28/05/2010